



Sindicato dos Oficiais de Justiça

AVANÇOS

Mais e melhor

Sindicato dos Oficiais de Justiça reuniu-se com a direcção-geral da Administração de Justiça para reafirmar a urgência da valorização profissional da carreira

Do SOJ

O Sindicato dos Oficiais de Justiça fechou o calendário de actividades do mês de Fevereiro com propostas optimistas para a valorização profissional dos Oficiais de Justiça.

No dia 28 de Fevereiro, o SOJ reuniu-se com o director-geral da Administração de Justiça, Pedro Lima Gonçalves, para analisar e discutir a implantação de questões relevantes para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da carreira. Quatro assuntos destacaram-se na agenda do dia, dentre eles, o debate acerca do Estatuto Sócio-Profissional.

Neste Estatuto, ainda em fase de avaliação por parte da direcção-geral da Administração de Justiça, o SOJ sublinha e reitera que só aceitará negociar o documento quando o seu conteúdo traduzir uma valorização real do trabalho e das exigências feitas a esta carreira, tais como: a definição de forma clara dos conteúdos funcionais e a retribuição justa da carreira. Como nos explica o presidente da direcção do SOJ, Carlos Almeida: “Os Oficiais de Justiça exigem um estatuto que os dignifique e valorize a sua carreira”. Ponto importante do debate, o Estatuto permitirá, nomeadamente, o reconhecimento desta categoria frente aos órgãos públicos e sociedade civil. “Não há justiça sem quadros qualificados e reconhecidos”, reitera Almeida.

Movimento

Outros pontos de igual importância foram considerados no encontro. Muito embora o despacho nº 15248-A/2010 de 07 de Outubro e que levou o SOJ a questionar o Ministério das Finanças sobre o despacho em questão, entende o Sindicato que os movimentos devem realizar-se nos moldes descritos na lei. “Entendemos que o movimento de Novembro não poderá continuar a arrastar-se e que todos os outros se devem realizar. A DGAJ não deve emperrar os movimentos na convicção da aprovação do decreto-lei que vem criar as novas Comarcas da Cova da Beira e Lisboa, para então aplicar o que dispõe o artigo 28º desse diploma. A questão da mobilidade, leia-se movimento, é objecto de negociação colectiva, tal como dispõe a Lei”, explica Almeida.

O director-geral da DGAJ, Lima Gonçalves, em concordância com a posição do SOJ acerca dos Movimentos, garantiu que os Movimentos se vão processar.

A questão dos profissionais Oficiais de Justiça terem de ser colocados a desempenhar funções de categoria superior, por provimento, pode também gerar polémica. Diante disso, o SOJ aguarda resposta da direcção-geral e do Ministério das Finanças, por ser do entendimento do Sindicato que os funcionários nessas condições devem auferir pela categoria em que exercem funções.

Formação

O SOJ manifestou ainda preocupação pela pouca actividade do Centro de Formação dos Funcionários de Justiça (CFFJ). Os Fundos Comunitários, que durante décadas foram prejudicados por interesses diversos, terminam em 2013. “E não poderemos desperdiçar estes dois anos. A formação contínua é vital para o bom desempenho dos profissionais”, relembra a 1ª vogal da direcção do SOJ Maria de Fátima Almeida.

A respeito, a direcção-geral informou que, tal como o SOJ vem defendendo, está neste momento a ser criada uma plataforma de e-learning entre a DGAJ e o ITIJ para complementar a formação presencial e que vai apurar situações anómalas que possam estar a acontecer no CFFJ.

Concursos

A prorrogação do prazo de validade dos cursos para Técnicos de Justiça Principal e Escrivão de Direito foi também um dos assuntos da ordem de trabalho. Para o SOJ, admitir a prorrogação não representa impedimento de abertura de outros concursos. Diante desta reivindicação, o director-geral da DGAJ manteve a concordância e está a trabalhar neste sentido.

Os assuntos da agenda, levantados pelo SOJ durante a reunião, legitimam, novamente, o empenho por parte do Sindicato em criar bases para um trabalho que permita igualdade de oportunidade entre todos.

Artigo Escrito por Juliana Mello